

DOI: <https://doi.org/10.36470/famen.2026.r7a18>

Recebido em: 13/05/2026

Aceito em: 22/05/2026

**GÊNERO, TERRA E SABER: AGROECOLOGIA FEMINISTA E EDUCAÇÃO
TERRITORIALIZADA NO SEMIÁRIDO BRASILEIRO**

**GENDER, LAND AND KNOWLEDGE: FEMINIST AGROECOLOGY AND
TERRITORIALIZED EDUCATION IN THE BRAZILIAN SEMIARID**

Francisca Aline de Oliveira Torres

Orcid: <https://orcid.org/0009-0003-6729-5245>

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9179167478873269>

Mestra em Ciências da Educação

Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, Portugal

E-mail: thathy_0@hotmail.com

Eliana Silva Gomes Moura

Orcid: <https://orcid.org/0009-0004-6366-9956>

Lattes: <https://lattes.cnpq.br/3831237331462969>

Titulação: Mestranda em Ensino

Universidade Federal do Vale do São Francisco, Brasil

E-mail: eliana.moura1@gmail.com

Thalyta Evans Barros Melo

Orcid: <https://orcid.org/0009-0007-0300-7426>

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5132552836952587>

Mestra Dinâmicas de Desenvolvimento do Semiárido

Universidade Federal do Vale do São Francisco, Brasil

E-mail: thalytaevans30@gmail.com

Pedro Paulo da Cunha

Orcid: <https://orcid.org/0009-0006-8010-0862>

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1225409965908965>

Mestrando em Dinâmicas de Desenvolvimento do Semiárido

Universidade Federal do Vale do São Francisco, Brasil

E-mail: pedro.paulo@discente.univasf.edu.br

RESUMO

Este artigo analisa como as intersecções entre gênero, trabalho, educação e território moldam as trajetórias das mulheres rurais no Semiárido brasileiro, problematizando as permanências

patriarcais que estruturam o acesso à terra, à água, à produção e ao reconhecimento social do trabalho feminino. O objetivo central consiste em compreender de que maneira processos educativos formais e, sobretudo, não-formais contribuem para a construção da autonomia socioterritorial feminina na Caatinga. Metodologicamente, realizou-se uma Revisão Integrativa da Literatura, conduzida segundo protocolo sistemático de identificação, triagem, elegibilidade e inclusão. A busca bibliográfica ocorreu entre dezembro de 2025 e maio de 2026 nas bases Scopus, Web of Science, SciELO Citation Index e Dialnet, resultando inicialmente em 1.170 referências. Após os procedimentos de seleção e refinamento analítico, consolidou-se um corpus fechado de 29 referências científicas. Os resultados demonstram que experiências de educação territorializada, aprendizagem horizontal, agroecologia feminista e organização comunitária possuem elevado potencial de enfrentamento das desigualdades patriarcais no Semiárido. Observou-se que mulheres rurais desempenham funções centrais na adaptação climática, na conservação da biodiversidade, na segurança alimentar e na produção de conhecimentos ecológicos territorializados. A discussão evidenciou limites das políticas públicas convencionais e problematizou modelos desenvolvimentistas dissociados das realidades socioterritoriais da Caatinga. Conclui-se que a agroecologia feminista e a educação não-formal constituem mecanismos estratégicos de reorganização ecológica e emancipação sociopolítica das mulheres rurais no Semiárido brasileiro.

Palavras-chave: Convivência semiárida; interseccionalidade; soberania alimentar; resiliência climática; agricultura familiar.

ABSTRACT

This article analyzes how the intersections between gender, labor, education, and territory shape the trajectories of rural women in the Brazilian semiarid region, problematizing the patriarchal structures that organize access to land, water, production, and the social recognition of women's labor. The main objective is to understand how formal and, especially, non-formal educational processes contribute to the construction of women's socio-territorial autonomy in the Caatinga. Methodologically, the study adopted an Integrative Literature Review conducted through a systematic protocol of identification, screening, eligibility, and inclusion. The bibliographic search was carried out between December 2025 and May 2026 in the Scopus, Web of Science, SciELO Citation Index, and Dialnet databases, initially resulting in 1,170 references. After selection and analytical refinement procedures, a closed corpus of 29 scientific references was consolidated. The findings demonstrate that experiences involving territorialized education, horizontal learning, feminist agroecology, and community organization have strong potential to challenge patriarchal inequalities in the semiarid region. Rural women were identified as central actors in climate adaptation, biodiversity conservation, food security, and the production of territorial ecological knowledge. The discussion highlighted the limitations of conventional public policies and critically questioned developmentalist models disconnected from the socio-territorial realities of the Caatinga. The study concludes that feminist agroecology and non-formal education constitute strategic mechanisms for ecological reorganization and socio-political emancipation of rural women in the Brazilian semiarid region.

Keywords: Semiárid coexistence; intersectionality; food sovereignty; climate resilience; family farming.

1 INTRODUÇÃO

Durante décadas, o Semiárido brasileiro foi interpretado por perspectivas desenvolvimentistas como um território marcado pela escassez, pela improdutividade e pela dependência econômica. Essa leitura, fortemente influenciada por racionalidades coloniais, consolidou uma representação homogênea da Caatinga associada ao atraso e à vulnerabilidade permanente. Contudo, tal visão obscureceu conhecimentos ecológicos locais, práticas históricas de convivência com o clima semiárido e formas territoriais de organização social construídas pelas populações rurais. Em contraposição a essa narrativa, pesquisas recentes evidenciam a Caatinga como espaço de resistência socioterritorial, manejo ambiental e produção de saberes vinculados à agricultura familiar e à agroecologia (Brandão; Rist, 2020; Alencar *et al.*, 2023).

A ampliação de políticas de convivência com o Semiárido e de experiências comunitárias de gestão hídrica, educação contextualizada e fortalecimento da agricultura familiar contribuiu para modificar parcialmente estruturas históricas de exclusão social. Ainda assim, persistem desigualdades relacionadas à terra, à água e à participação política das populações rurais, especialmente das mulheres (Pereira, 2021; Rodrigues *et al.*, 2022; Soares; Gomes, 2024). Nesse contexto, a condição feminina assume centralidade analítica, uma vez que a divisão sexual do trabalho continua relegando às mulheres funções ligadas ao cuidado, à reprodução social e à sustentação cotidiana da unidade produtiva, frequentemente sem reconhecimento econômico ou político.

A modernização agrícola no Semiárido tampouco eliminou assimetrias de gênero. Em muitos territórios, o trabalho feminino permanece invisibilizado, mesmo sendo essencial para a segurança alimentar, para a conservação ambiental e para a manutenção das redes comunitárias rurais. Somam-se a isso dificuldades de acesso à terra, à sucessão rural e aos espaços institucionais de decisão, reforçando estruturas patriarcais que articulam gênero, geração e território (Oliveira; Castro, 2021; Rabelo *et al.*, 2023). Paralelamente, mudanças climáticas, migração masculina e intensificação das responsabilidades produtivas ampliaram a sobrecarga feminina no campo, redefinindo as relações de trabalho agrícola no Semiárido (Raj

et al., 2025; Valerio; Panzone; Siliprandi, 2024).

Frente a essas dinâmicas, a educação emerge como dimensão estratégica das disputas por autonomia territorial e transformação social. Entretanto, limitar essa discussão à escolarização formal significa desconsiderar práticas educativas construídas em movimentos sociais, experiências agroecológicas, Escolas Família Agrícola e redes comunitárias de aprendizagem. Esses espaços articulam conhecimentos territoriais, circulação horizontal de saberes e estratégias de resistência econômica e ambiental, fortalecendo processos coletivos de emancipação feminina (Chanyau; Rosenberg, 2023).

A agroecologia feminista amplia essa perspectiva ao conectar produção alimentar, biodiversidade, cuidado ambiental e autonomia das mulheres rurais. Nessa direção, processos educativos não-formais assumem papel decisivo na reorganização das relações de poder no campo e na valorização dos saberes produzidos pelas agricultoras (Brandão; Santos; Rist, 2020; Galudra *et al.*, 2024; Zaremba *et al.*, 2021).

Diante dessas questões, este artigo analisa como as intersecções entre gênero, trabalho e educação moldam as trajetórias de mulheres rurais no Semiárido brasileiro, particularmente na Caatinga, investigando de que maneira processos educativos formais e não-formais contribuem para o enfrentamento das desigualdades patriarcais na gestão territorial e produtiva. Parte-se da hipótese de que a educação não-formal territorializada, ancorada em práticas agroecológicas e redes comunitárias de aprendizagem, possui elevado potencial de ruptura das estruturas patriarcais historicamente consolidadas no Semiárido.

2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

2.1 TIPO DE ESTUDO: REVISÃO INTEGRATIVA DA LITERATURA

Este estudo caracteriza-se como uma Revisão Integrativa da Literatura, delineada com o objetivo de reunir, examinar criticamente e sintetizar evidências científicas sobre as intersecções entre gênero, trabalho, educação e gestão territorial nas trajetórias de mulheres rurais no Semiárido brasileiro e em ecossistemas análogos de terras secas. A escolha por esse desenho metodológico justifica-se pela natureza interdisciplinar do objeto investigado, que

articula debates oriundos dos estudos de gênero, da educação do campo, da agroecologia, da sociologia rural, da ecologia política e das políticas públicas territoriais.

A revisão integrativa permite incorporar estudos com diferentes abordagens metodológicas, incluindo pesquisas qualitativas, quantitativas e de métodos mistos, favorecendo uma compreensão ampla de fenômenos sociais complexos. Conforme Whitemore e Knafl (2005), esse tipo de revisão possibilita integrar achados empíricos e conceituais de modo sistemático, crítico e interpretativo. Mendes, Silveira e Galvão (2008) destacam que a revisão integrativa é especialmente adequada para a incorporação de evidências em campos nos quais os objetos de pesquisa apresentam heterogeneidade teórica e metodológica. Na mesma direção, Souza, Silva e Carvalho (2010) assinalam que esse método permite organizar o conhecimento disponível, identificar lacunas e construir sínteses capazes de orientar novas investigações.

2.2 PROTOCOLO PRISMA E DESENHO METODOLÓGICO

A condução da revisão seguiu uma adaptação do protocolo PRISMA, com o propósito de assegurar transparência, rastreabilidade e reprodutibilidade ao processo de identificação, seleção e inclusão dos estudos. A pesquisa bibliográfica foi realizada entre dezembro de 2025 e maio de 2026, abrangendo quatro bases de dados: Scopus, Web of Science, SciELO Citation Index e Dialnet.

Inicialmente, foram identificadas 1.170 referências. Esse conjunto inicial foi submetido a procedimentos sucessivos de triagem, remoção de duplicidades, leitura de títulos e resumos, avaliação de elegibilidade em texto completo e seleção final dos estudos incluídos no corpus analítico. O percurso metodológico foi organizado em quatro etapas principais: identificação, triagem, elegibilidade e inclusão.

Na etapa de identificação, foram aplicadas as estratégias de busca nas bases selecionadas, combinando descritores controlados e termos livres em português, inglês e espanhol. Na triagem, procedeu-se à exclusão de registros duplicados e de estudos claramente distantes da problemática central. A fase de elegibilidade envolveu a leitura integral dos textos potencialmente pertinentes, com avaliação de sua aderência à pergunta de pesquisa, ao escopo

territorial e às dimensões de gênero, educação, trabalho e gestão produtiva. A etapa de inclusão consolidou o corpus final da revisão, composto exclusivamente pelos estudos que atenderam aos critérios definidos.

2.3 ESTRATÉGIA PICO

A pergunta de pesquisa foi estruturada com base na estratégia PICO, adequada para revisões voltadas a fenômenos sociais, educacionais e territoriais. A população investigada correspondeu a mulheres rurais, agricultoras familiares e camponesas. O fenômeno de interesse compreendeu as relações entre educação, trabalho, gênero e gestão territorial, com atenção específica aos processos de formação formal e não-formal, à divisão sexual do trabalho, à autonomia socioproductiva e à participação feminina na gestão da terra, da água e dos sistemas agrícolas. O contexto delimitado foi o Semiárido brasileiro, com ênfase na Caatinga, admitindo-se também estudos realizados em drylands globais quando contribuísssem para ampliar a compreensão comparativa das dinâmicas de gênero, agricultura, clima e educação em territórios semiáridos.

2.4 BASES DE DADOS E ESTRATÉGIAS DE BUSCA

A busca bibliográfica foi realizada nas bases Scopus, Web of Science, SciELO Citation Index e Dialnet. A seleção dessas bases considerou sua relevância para a indexação de estudos internacionais, latino-americanos e ibero-americanos nas áreas de ciências sociais aplicadas, educação, desenvolvimento rural, sustentabilidade, estudos de gênero e agroecologia.

As estratégias de busca foram elaboradas em português, inglês e espanhol, combinando termos relacionados à população, ao fenômeno investigado e ao contexto territorial. Em inglês, foram utilizados descritores como “rural women”, “peasant women”, “women farmers”, “education”, “non-formal education”, “popular education”, “training”, “gender relations”, “patriarchy”, “intersectionality”, “semi-arid”, “caatinga”, “drylands” e “Brazil”. Em português, foram empregados termos como “mulheres rurais”, “camponesas”, “agricultoras”, “educação”, “educação não-formal”, “educação do campo”, “gênero”, “patriarcado”, “interseccionalidade”,

“semiárido” e “Caatinga”. Em espanhol, utilizaram-se expressões equivalentes, especialmente “mujeres rurales”, “campesinas”, “agricultoras”, “educación”, “educación no formal”, “género”, “patriarcado”, “interseccionalidad”, “semiárido” e “tierras secas”.

As strings foram adaptadas às especificidades de cada base, respeitando operadores booleanos, campos de busca e recursos de truncamento disponíveis. A estratégia geral em inglês foi estruturada da seguinte forma: ("rural women" OR "peasant women" OR "women farmers") AND ("education" OR "non-formal education" OR "popular education" OR "training") AND ("gender relations" OR "patriarchy" OR "intersectionality") AND ("semi-arid" OR "caatinga" OR "drylands" OR "Brazil*"). Em português, a string principal foi: (mulheres rurais OR camponesas OR agricultoras) AND (educação OR educação não-formal OR educação do campo) AND (gênero OR patriarcado OR interseccionalidade) AND (semiárido OR caatinga).

O percurso metodológico da revisão integrativa foi estruturado de maneira sistemática para assegurar transparência, rigor analítico e reprodutibilidade científica. A organização das etapas de busca, seleção e elegibilidade permitiu delimitar um corpus coerente com a problemática investigada, articulando critérios metodológicos consistentes às especificidades do objeto de estudo. A Tabela 1 sintetiza as principais dimensões operacionais da revisão, incluindo bases consultadas, estratégias de busca, critérios de elegibilidade e quantitativo de estudos analisados em cada etapa do processo.

Tabela 1 - Estratégia metodológica da revisão integrativa

Etapas metodológicas	Procedimentos adotados	Bases de dados	Resultados obtidos	Finalidade analítica
Identificação	Aplicação das strings de busca em português, inglês e espanhol utilizando operadores booleanos e descritores relacionados a gênero, educação, trabalho rural e Semiárido	Scopus; Web of Science; SciELO Citation Index; Dialnet	1.170 referências identificadas	Garantir abrangência internacional e interdisciplinar do levantamento bibliográfico
Remoção de duplicidades	Exclusão de registros repetidos entre as bases e padronização bibliográfica dos arquivos selecionados	Scopus; Web of Science; SciELO Citation Index; Dialnet	Redução do corpus inicial e consolidação dos registros únicos	Evitar redundâncias e assegurar consistência documental
Triagem	Leitura de títulos, resumos e palavras-chave com foco na aderência à temática da	Scopus; Web of Science; SciELO	Exclusão de estudos sem relação direta com mulheres	Refinar o corpus conforme a pergunta de

	pesquisa	Citation Index; Dialnet	rurais, educação ou Semiárido	pesquisa
Elegibilidade	Leitura integral dos textos potencialmente relevantes, considerando critérios de inclusão e exclusão previamente definidos	Scopus; Web of Science; SciELO Citation Index; Dialnet	Seleção dos estudos compatíveis com o escopo analítico da revisão	Verificar profundidade temática e adequação metodológica
Inclusão final	Consolidação do corpus analítico composto por estudos empíricos e teóricos aderentes à problemática investigada	Scopus; Web of Science; SciELO Citation Index; Dialnet	Corpus final da revisão integrativa	Construir a síntese crítica e os eixos temáticos da análise

Fonte: Elaborado pelos autores (2026).

Os procedimentos descritos na Tabela 1 evidenciam a adoção de um protocolo metodológico orientado pela sistematicidade e pela coerência analítica, reduzindo riscos de seleção arbitrária e fortalecendo a confiabilidade da revisão. A utilização de múltiplas bases internacionais e ibero-americanas ampliou a diversidade geográfica e epistemológica do corpus, permitindo incorporar estudos produzidos em diferentes contextos de terras secas e agricultura familiar. Paralelamente, a aplicação sucessiva das etapas de triagem e elegibilidade contribuiu para consolidar um conjunto de estudos diretamente vinculado às intersecções entre gênero, educação, trabalho e gestão territorial, aspecto fundamental para a construção dos eixos interpretativos desenvolvidos nas seções seguintes do artigo.

2.5 CRITÉRIOS DE INCLUSÃO E EXCLUSÃO

Foram definidos critérios de elegibilidade com o objetivo de garantir coerência entre a pergunta de pesquisa, o corpus selecionado e os objetivos analíticos da revisão.

Critérios de inclusão:

- artigos científicos originais, revisados por pares;
- estudos qualitativos, quantitativos ou de métodos mistos;
- pesquisas que abordassem mulheres rurais, agricultoras familiares, camponesas ou grupos femininos vinculados à produção agrícola;
- estudos que discutissem relações entre gênero, trabalho, educação, agroecologia, políticas públicas, gestão territorial ou autonomia produtiva;

- publicações situadas no Semiárido brasileiro, na Caatinga ou em drylands globais com pertinência comparativa;
- textos publicados em português, inglês ou espanhol;
- estudos com contribuição empírica ou analítica diretamente vinculada à problemática da revisão.

Critérios de exclusão:

- teses, dissertações, monografias, relatórios técnicos e literatura cinzenta;
- revisões de literatura, revisões sistemáticas, ensaios teóricos puros e editoriais;
- estudos centrados exclusivamente em contextos urbanos;
- pesquisas que tratassem de gênero sem articulação com trabalho, educação, território ou produção agrícola;
- estudos sobre educação sem relação com mulheres rurais, agricultura, agroecologia ou gestão territorial;
- artigos sem acesso ao texto completo;
- publicações duplicadas entre bases;
- estudos cuja abordagem territorial não apresentasse aderência ao Semiárido, à Caatinga ou a contextos comparáveis de terras secas.

2.6 PROCEDIMENTOS DE ANÁLISE E CATEGORIZAÇÃO TEMÁTICA

Após a definição do corpus final, os estudos incluídos foram submetidos a leitura integral e extração sistemática de informações. Foram registrados dados bibliográficos, objetivo do estudo, localização geográfica, desenho metodológico, população investigada, tipo de educação abordada, dimensão de gênero analisada, relação com trabalho rural, vínculo com políticas públicas e principais contribuições para a compreensão das trajetórias femininas em territórios semiáridos.

A análise foi conduzida por meio de categorização temática, articulando leitura descritiva, interpretação crítica e síntese integrativa dos achados. Esse procedimento permitiu identificar convergências, tensões e lacunas entre os estudos, evitando a simples justaposição de resultados. A organização analítica buscou evidenciar como os diferentes trabalhos abordam

as relações entre patriarcado agrário, invisibilidade produtiva, educação contextualizada, agroecologia feminista, resiliência climática e autonomia territorial.

Com a categorização obtivemos três eixos principais. O primeiro eixo examinou a invisibilidade do trabalho feminino na Caatinga e em territórios semiáridos, com atenção às relações entre divisão sexual do trabalho, acesso à terra, água e reconhecimento produtivo. O segundo eixo analisou o papel da educação formal e não-formal na formação da autonomia feminina, considerando experiências de educação do campo, agroecologia, movimentos sociais, aprendizagem comunitária e políticas públicas. O terceiro eixo investigou as estratégias de resistência feminina frente às mudanças climáticas, à insegurança alimentar e às desigualdades territoriais, enfatizando o potencial das mulheres rurais como agentes de reorganização ecológica, produtiva e sociopolítica.

Esse percurso metodológico permitiu construir uma síntese crítica orientada não apenas à descrição dos estudos revisados, mas à elaboração de uma interpretação integradora sobre o lugar da educação territorializada na ruptura de estruturas patriarcais no Semiárido.

3 PATRIARCADO AGRÁRIO E INVISIBILIDADE DO TRABALHO FEMININO NA CAATINGA

3.1 A DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO NO SEMIÁRIDO

As dinâmicas produtivas do Semiárido brasileiro permanecem fortemente atravessadas por estruturas patriarcais que distribuem de maneira desigual o trabalho, o acesso aos recursos produtivos e o reconhecimento social das atividades desempenhadas pelas mulheres rurais. Embora a agricultura familiar dependa amplamente da força de trabalho feminina para assegurar produção alimentar, manejo de quintais produtivos, conservação de sementes, criação de pequenos animais e reprodução cotidiana das unidades domésticas, grande parte dessas atividades continua historicamente enquadrada como extensão das responsabilidades domésticas e não como trabalho produtivo propriamente dito.

A divisão sexual do trabalho no campo não se limita à separação entre funções masculinas e femininas. Ela constitui um mecanismo estrutural de hierarquização econômica e

política que invisibiliza práticas essenciais à sustentabilidade dos territórios rurais.

Em regiões semiáridas, nas quais a gestão cotidiana da água, dos alimentos e do cuidado familiar assume centralidade para a sobrevivência das comunidades, as mulheres acumulam múltiplas jornadas produtivas e reprodutivas frequentemente desconsideradas pelas estatísticas oficiais e pelas políticas agrícolas (Oliveira; Castro, 2021).

No polo Petrolina/Juazeiro, marcado pela agricultura irrigada voltada à exportação, Oliveira e Castro (2021) identificaram condições persistentes de precarização laboral feminina, incluindo desigualdade salarial, informalidade e baixa participação nos espaços decisórios da cadeia produtiva. As autoras observam que a inserção das mulheres nas atividades agrícolas modernas não significou ruptura automática das assimetrias patriarcais historicamente presentes no Semiárido. Ao contrário, a expansão do agronegócio irrigado frequentemente intensificou processos de exploração do trabalho feminino em atividades temporárias e de baixa remuneração.

A invisibilidade da contribuição econômica das mulheres também aparece associada à sucessão rural e à permanência das jovens no campo. Estudo realizado no semiárido cearense demonstrou que a juventude rural feminina enfrenta obstáculos estruturais relacionados à herança da terra, ao reconhecimento do trabalho agrícola e ao acesso às políticas públicas, produzindo um cenário de desvalorização da permanência feminina na agricultura familiar (Rabelo *et al.*, 2023). A pesquisa evidencia que a masculinização simbólica da atividade agrícola continua operando como mecanismo de exclusão territorial e produtiva.

Transformações recentes vinculadas às mudanças climáticas e aos fluxos migratórios masculinos vêm ampliando ainda mais a sobrecarga feminina nos espaços rurais. Ao analisar diferentes estados indianos semiáridos, Raj *et al.* (2025) demonstraram que a migração masculina modifica profundamente a organização do trabalho agrícola, transferindo às mulheres responsabilidades adicionais relacionadas à produção, à gestão da propriedade e à segurança alimentar familiar. Ainda que o estudo esteja situado fora do contexto brasileiro, suas conclusões dialogam diretamente com dinâmicas observadas na Caatinga, especialmente em territórios marcados por vulnerabilidade climática e precarização produtiva.

A problemática da invisibilidade produtiva feminina também aparece em experiências agrícolas africanas de terras secas. Pesquisa conduzida por Chege (2020) sobre cultivo

biofortificado em regiões semiáridas do Quênia identificou que as mulheres desempenham funções centrais na produção agrícola e na segurança alimentar, embora permaneçam submetidas a limitações de acesso à assistência técnica, crédito e tecnologias agrícolas. Tal cenário revela que as desigualdades de gênero nos drylands assumem caráter transnacional, articulando patriarcado agrário, dependência econômica e exclusão institucional.

Esse conjunto de evidências demonstra que a agricultura familiar semiárida permanece sustentada por uma economia invisível do cuidado e da reprodução social, na qual o trabalho feminino aparece simultaneamente indispensável e desvalorizado. A persistência dessa contradição revela que o patriarcado agrário não atua apenas como estrutura cultural, mas como mecanismo material de organização do território e da produção.

3.2 TERRA, ÁGUA E DESIGUALDADE ESTRUTURAL

No Semiárido brasileiro, o controle da terra e da água constitui um dos principais eixos de reprodução das desigualdades sociais e territoriais. Historicamente, a concentração fundiária e hídrica estruturou relações de dependência econômica que restringiram a autonomia das populações rurais e aprofundaram assimetrias de gênero. Em consequência disso, mulheres agricultoras frequentemente permanecem afastadas dos espaços institucionais de decisão relacionados à gestão territorial, mesmo quando exercem funções centrais na manutenção cotidiana das unidades produtivas.

A governança da água representa um dos elementos mais críticos dessa dinâmica. Pereira (2021) argumenta que organizações da sociedade civil desempenharam papel decisivo na construção de alternativas comunitárias de convivência com o Semiárido, especialmente por meio da valorização dos conhecimentos locais e da democratização parcial do acesso hídrico. Segundo o autor, a gestão comunitária da água tensiona estruturas tradicionais de poder ao ampliar a participação social em territórios historicamente marcados pelo coronelismo hídrico.

As desigualdades associadas à infraestrutura hídrica não se limitam ao abastecimento doméstico. Elas interferem diretamente na capacidade produtiva das famílias rurais, na segurança alimentar e na permanência das populações no campo. Estudo realizado em bacias hidrográficas do Semiárido demonstrou que o acesso aos serviços ecossistêmicos da água

possui forte relação com renda, localização territorial e infraestrutura disponível, evidenciando profundas assimetrias socioambientais na região (Reis; Leitão; Galvêncio, 2022).

Problemas relacionados ao saneamento rural reforçam esse quadro de exclusão estrutural. Rodrigues *et al.* (2022) identificaram déficits persistentes de acesso a serviços sanitários no Semiárido brasileiro, sobretudo em áreas rurais dispersas e vulneráveis. A precariedade da infraestrutura sanitária amplia riscos ambientais, sobrecarga do trabalho doméstico feminino e exposição cotidiana a condições insalubres. Nesse contexto, o cuidado com a água e com a saúde familiar recai majoritariamente sobre as mulheres, ampliando desigualdades invisibilizadas pelas políticas territoriais convencionais.

Os impactos das políticas públicas sobre agricultura familiar também revelam contradições importantes. Ao analisarem o Programa Fomento no Submédio São Francisco, Mesquita *et al.* (2020) verificaram que políticas de incentivo produtivo podem contribuir para fortalecer a resiliência climática das famílias rurais. Entretanto, os autores observam que os benefícios dessas políticas nem sempre resultam em redistribuição efetiva de poder dentro das unidades familiares ou em ampliação da autonomia feminina sobre os recursos produtivos.

Essas evidências sugerem que a disputa por terra e água no Semiárido não pode ser interpretada apenas como questão técnica de infraestrutura. Trata-se de uma arena profundamente marcada por relações de poder, controle territorial e desigualdade de gênero. O patriarcado agrário manifesta-se, nesse sentido, na capacidade diferencial de acessar recursos ambientais estratégicos, influenciando diretamente quem produz, quem decide e quem permanece invisível nas políticas de desenvolvimento regional.

3.3 O SEMIÁRIDO COMO ESPAÇO DE DISPUTA ECOLÓGICA E PRODUTIVA

As transformações recentes do Semiárido brasileiro revelam uma disputa crescente entre modelos distintos de ocupação territorial e organização produtiva. De um lado, expande-se a agricultura irrigada empresarial voltada às cadeias globais de exportação. De outro, persistem formas tradicionais de agricultura familiar fundamentadas na convivência com o Semiárido, na diversificação produtiva e no manejo ecológico da Caatinga. Essa tensão não se restringe à dimensão econômica. Ela envolve racionalidades ambientais, disputas políticas e projetos

antagônicos de desenvolvimento territorial.

Brandão e Rist (2020) demonstram que o espaço agrário semiárido passou a ser estruturado por fortes dicotomias entre agricultura irrigada intensiva e agricultura tradicional familiar. Segundo os autores, enquanto o agronegócio irrigado opera com elevada concentração de terra, água e tecnologia, a agricultura tradicional mantém estratégias produtivas mais diversificadas e adaptadas às condições ecológicas locais. Tal diferenciação produz desigualdades territoriais expressivas, sobretudo em relação ao acesso aos recursos naturais e às políticas públicas.

A expansão das monoculturas irrigadas também produz impactos significativos sobre a dinâmica ambiental da Caatinga. Alencar *et al.* (2023) identificaram que a relação entre segurança alimentar e conservação florestal nos drylands brasileiros envolve importantes trade-offs territoriais. Os autores destacam que determinadas formas de expansão agrícola podem intensificar processos de degradação ambiental, comprometendo a biodiversidade e reduzindo a resiliência ecológica das comunidades rurais.

Nesse cenário, políticas públicas agrícolas assumem papel ambíguo. Ao mesmo tempo em que programas de fortalecimento da agricultura familiar contribuem para ampliar segurança alimentar e inclusão produtiva, parte das políticas de desenvolvimento regional continua favorecendo modelos agrícolas intensivos e concentradores.

Pesquisa desenvolvida por Brandão, Santos e Rist (2020) demonstrou que agricultores familiares do Semiárido reconhecem impactos positivos de determinadas políticas públicas sobre os sistemas alimentares locais, especialmente no fortalecimento da produção familiar e na ampliação da estabilidade econômica das comunidades rurais. Ainda assim, os autores observam que os benefícios permanecem distribuídos de maneira desigual, reproduzindo hierarquias históricas de acesso aos recursos produtivos.

Os conflitos ecológicos presentes no Semiárido refletem, portanto, disputas mais amplas sobre quem controla a terra, a água, a produção e os sentidos do desenvolvimento regional. A persistência dessas assimetrias evidencia que o território semiárido não constitui um espaço passivo de escassez, mas uma arena dinâmica de confrontos entre racionalidades produtivas distintas. Nesse contexto, as mulheres rurais ocupam posição estratégica, pois articulam práticas agrícolas, cuidado ambiental, produção alimentar e reprodução social em meio às

tensões produzidas pela modernização desigual do campo semiárido.

4 EDUCAÇÃO, AGROECOLOGIA E FORMAÇÃO DA AUTONOMIA FEMININA

4.1 EDUCAÇÃO CONTEXTUALIZADA E EMANCIPAÇÃO TERRITORIAL

A discussão sobre educação no Semiárido brasileiro ultrapassa a dimensão escolar convencional e adquire centralidade estratégica nas disputas por autonomia territorial, reconhecimento sociopolítico e transformação das relações de poder no campo. Em contextos marcados por desigualdade fundiária, precarização produtiva e exclusão histórica das populações rurais, a educação do campo emerge como instrumento de reorganização territorial e valorização dos saberes construídos na convivência com a Caatinga.

Com a interiorização do ensino técnico e superior no Semiárido nordestino ocorreram mudanças importantes na circulação do conhecimento e no acesso das populações rurais à formação educacional. Soares e Gomes (2024) observam que políticas públicas voltadas à expansão educacional contribuíram para reduzir parcialmente desigualdades espaciais históricas, sobretudo em municípios interioranos tradicionalmente afastados dos grandes centros universitários. Segundo os autores, a democratização territorial do ensino representa elemento relevante para a construção de novas formas de participação social e fortalecimento das capacidades locais.

Entretanto, a simples ampliação da infraestrutura educacional não garante, por si só, emancipação territorial ou ruptura das hierarquias patriarcais. Em muitos casos, modelos educacionais urbanos e descontextualizados continuam reproduzindo racionalidades externas às experiências concretas das populações rurais semiáridas. Esse tensionamento torna particularmente relevante o debate sobre educação contextualizada, entendida como prática pedagógica vinculada às especificidades ecológicas, culturais e produtivas do território.

Nesse sentido, Brandão, Santos e Rist (2020) identificaram que políticas direcionadas à agricultura familiar no Semiárido apresentam maior potencial transformador quando articuladas à valorização dos conhecimentos locais e à participação ativa das mulheres rurais. Os autores destacam que processos formativos territorializados favorecem o fortalecimento da autonomia

feminina ao ampliar capacidades organizativas, produtivas e políticas nas comunidades rurais. Em uma das passagens centrais do estudo, os pesquisadores afirmam que “women’s empowerment is strongly linked to access to knowledge, participation and local organization” (Brandão; Santos; Rist, 2020, p. 7).

A educação contextualizada assume, portanto, caráter político e epistemológico. Não se trata apenas de ampliar escolarização, mas de questionar quais conhecimentos são legitimados, quem os produz e quais projetos territoriais são fortalecidos pelos processos educativos. Tal perspectiva desloca o Semiárido da condição de espaço carente de desenvolvimento para território produtor de saberes próprios, nos quais mulheres agricultoras desempenham papel fundamental na reprodução de conhecimentos ecológicos, alimentares e comunitários.

Experiências de formação técnica vinculadas à agroecologia, à gestão hídrica e à agricultura familiar têm demonstrado potencial significativo na ampliação da autonomia socioterritorial feminina. Ao aproximar educação e realidade local, essas iniciativas favorecem a permanência das populações rurais no campo e fortalecem práticas produtivas mais adaptadas às condições climáticas semiáridas. Nesse processo, a educação deixa de operar apenas como mecanismo de inserção econômica e passa a constituir espaço de disputa sobre os sentidos do desenvolvimento regional.

4.2 EDUCAÇÃO NÃO-FORMAL E APRENDIZAGEM AGROECOLÓGICA

Embora a educação formal desempenhe papel importante na ampliação do acesso ao conhecimento, numerosas experiências analisadas nesta revisão indicam que os processos educativos não-formais possuem impacto particularmente expressivo na reorganização das relações de gênero no Semiárido e em outros contextos de terras secas. Intercâmbios entre agricultoras, movimentos agroecológicos, redes comunitárias e práticas coletivas de aprendizagem vêm consolidando espaços alternativos de produção de conhecimento fundamentados na horizontalidade, na experiência territorial e na valorização das práticas femininas.

O aprendizado agroecológico comunitário produz dinâmicas distintas daquelas observadas em modelos educativos verticalizados e tecnocráticos. Chanyau e Rosenberg

(2023), ao investigarem movimentos agroecológicos liderados por mulheres, demonstraram que processos de coaprendizagem fortalecem capacidades políticas, produtivas e climáticas das agricultoras. As autoras observam que a aprendizagem coletiva permite construir formas compartilhadas de resistência às desigualdades de gênero e às vulnerabilidades ambientais. Em trecho significativo, afirmam que “women farmers were not passive recipients of knowledge but active producers of agroecological learning” (Chanyau; Rosenberg, 2023, p. 131).

Essa dimensão horizontal da aprendizagem aparece associada à circulação comunitária de conhecimentos tradicionalmente marginalizados pelas instituições formais. O compartilhamento de técnicas de manejo agroecológico, conservação de sementes, diversificação produtiva e adaptação climática fortalece redes de solidariedade feminina e amplia a capacidade de resposta das comunidades frente às crises socioambientais.

Galudra *et al.* (2024) argumentam que práticas agroflorestais orientadas por abordagens de gênero favorecem transformações importantes nas relações comunitárias e produtivas. Segundo os autores, iniciativas baseadas em participação feminina ampliam não apenas a diversidade ecológica dos sistemas agrícolas, mas também a inclusão das mulheres nos processos de decisão territorial. A pesquisa demonstra que agroflorestas e educação comunitária podem atuar conjuntamente na construção de sistemas produtivos mais resilientes e socialmente inclusivos.

No campo epistemológico, a agroecologia feminista tem questionado a própria separação entre produção agrícola, cuidado e reprodução da vida. Zarembo *et al.* (2021) defendem que a construção de uma agroecologia feminista exige reconhecer as mulheres rurais como produtoras centrais de conhecimento ecológico e transformação territorial. Conforme destacam as autoras, “feminist agroecology seeks to transform unequal power relations while promoting ecological sustainability” (Zarembo *et al.*, 2021, p. 3). Essa formulação desloca a agroecologia de uma dimensão exclusivamente técnica para uma perspectiva profundamente política e emancipatória.

Experiências desenvolvidas em regiões semiáridas mexicanas reforçam essa compreensão. Villavicencio-Valdez *et al.* (2023) identificaram que práticas agroecológicas urbanas e periurbanas ampliaram agrobiodiversidade, segurança alimentar e resiliência biocultural em territórios secos. Embora o estudo esteja situado em contexto urbano semiárido,

suas conclusões dialogam diretamente com os debates sobre aprendizagem comunitária e sustentabilidade territorial presentes na Caatinga, sobretudo no que se refere à valorização dos conhecimentos locais e à participação das mulheres nos sistemas alimentares.

As evidências analisadas nesta seção sugerem que a educação não-formal opera como importante mecanismo de reorganização sociopolítica no Semiárido. Ao promover circulação horizontal de saberes e fortalecimento das capacidades coletivas, práticas educativas agroecológicas contribuem para tensionar estruturas patriarcais historicamente naturalizadas no espaço rural.

A diversidade temática e territorial dos estudos selecionados evidencia que as relações entre gênero, educação, agroecologia e autonomia feminina no Semiárido constituem um campo analítico profundamente interdisciplinar. Os trabalhos incluídos na revisão abordam desde políticas públicas e formação territorializada até estratégias de adaptação climática, circulação de conhecimentos agroecológicos e reorganização das relações de poder no espaço rural. A Tabela 2 sistematiza os principais elementos analíticos dos estudos selecionados, permitindo visualizar convergências, especificidades territoriais e contribuições centrais para a compreensão das trajetórias das mulheres rurais em contextos semiáridos.

Tabela 2 - Síntese temática dos estudos incluídos

Autor/ano	País ou região	Tema central	Tipo de educação/processo formativo	Principal contribuição para o debate
Brandão; Santos; Rist (2020)	Semiárido brasileiro	Políticas públicas e empoderamento feminino	Formação territorial e participação comunitária	Relação entre acesso a políticas públicas e fortalecimento da autonomia feminina
Soares; Gomes (2024)	Semiárido nordestino	Interiorização educacional e democratização territorial	Educação formal técnica e superior	Expansão educacional como mecanismo parcial de redução das desigualdades territoriais
Chanyau; Rosenberg (2023)	África Austral semiárida	Agroecologia e coaprendizagem feminina	Educação não-formal e aprendizagem horizontal	Mulheres agricultoras como produtoras ativas de conhecimento agroecológico
Zaremba <i>et al.</i> (2021)	Contexto internacional	Agroecologia feminista	Formação política e ecológica comunitária	Integração entre sustentabilidade ecológica e transformação das

				relações de poder
Galudra <i>et al.</i> (2024)	Regiões agroflorestais tropicais	Gênero e agroflorestras	Capacitação agroecológica comunitária	Participação feminina como elemento central da sustentabilidade agroflorestral
Villavicencio-Valdez <i>et al.</i> (2023)	México semiárido	Agrobiodiversidade e sistemas alimentares	Aprendizagem comunitária agroecológica	Relação entre agroecologia e resiliência biocultural
Marques <i>et al.</i> (2022)	Caatinga brasileira	Conhecimento ecológico local	Transmissão intergeracional de saberes	Importância dos conhecimentos tradicionais na conservação ambiental
Awoke <i>et al.</i> (2025)	Tanzânia semiárida	Gênero e agricultura climaticamente inteligente	Capacitação agrícola e assistência técnica	Barreiras de gênero na adoção de práticas adaptativas sustentáveis
Kiumbuku; Mary; Jane (2020)	Quênia semiárido	Capacidade adaptativa e desigualdade de gênero	Formação técnica rural	Relação entre acesso a recursos produtivos e resiliência climática
Damariis (2020)	Quênia semiárido	Empoderamento feminino e agroflorestras	Treinamento agroflorestral	Mulheres como agentes estratégicas na adaptação climática
Manyakaidze; Musavengane; Maponga (2025)	Zimbábue semiárido	Agroecossistemas resilientes	Aprendizagem comunitária territorial	Sistemas locais de manejo ambiental fortalecem resiliência climática
Oliveira; Castro (2021)	Petrolina/ Juazeiro	Precarização do trabalho feminino	Formação profissional limitada	Modernização agrícola não elimina desigualdades patriarcais
Rabelo <i>et al.</i> (2023)	Semiárido cearense	Invisibilidade feminina e juventude rural	Educação rural e sucessão familiar	Persistência da masculinização simbólica da agricultura
Pereira (2021)	Semiárido brasileiro	Governança hídrica e saberes locais	Educação comunitária e organização social	Gestão participativa da água como enfrentamento do coronelismo hídrico

Fonte: Elaborado pelos autores (2026).

Os dados sintetizados na Tabela 2 revelam que os estudos analisados convergem na compreensão de que educação, agroecologia e organização comunitária constituem dimensões inseparáveis da construção da autonomia feminina em territórios semiáridos. Observa-se predominância de abordagens voltadas à educação não-formal, à aprendizagem horizontal e à circulação territorializada de conhecimentos, especialmente em experiências ligadas à agroecologia, agroflorestras e gestão comunitária dos recursos naturais. Esse padrão sugere que os processos educativos mais transformadores não se restringem à escolarização convencional,

mas emergem de práticas coletivas articuladas às necessidades concretas das comunidades rurais (Chanyau; Rosenberg, 2023; Galudra *et al.*, 2024; Zaremba *et al.*, 2021; Villavicencio-Valdez *et al.*, 2023; Soares; Gomes, 2024).

Outro aspecto relevante refere-se à forte presença da dimensão climática nos estudos mais recentes. As pesquisas realizadas em drylands africanos, latino-americanos e brasileiros demonstram que mulheres agricultoras desempenham papel estratégico na adaptação ambiental, na conservação da biodiversidade e na segurança alimentar local. Entretanto, a tabela também evidencia a permanência de barreiras estruturais relacionadas ao acesso desigual à terra, ao crédito, à assistência técnica e aos espaços institucionais de decisão.

Tal contradição reforça a hipótese central deste artigo de que a autonomia socioterritorial feminina depende não apenas da inserção produtiva das mulheres, mas da transformação das relações de poder que historicamente organizam o Semiárido e os demais territórios de terras secas (Awoke *et al.*, 2025; Damariis, 2020; Kiumbuku; Mary; Jane, 2020; Manyakaidze; Musavengane; Maponga, 2025; Marques *et al.*, 2022; Brandão; Santos; Rist, 2020).

4.3 AGROECOLOGIA FEMINISTA, SOBERANIA ALIMENTAR E RESISTÊNCIA CLIMÁTICA

A intensificação das mudanças climáticas nos territórios semiáridos vem ampliando a relevância das mulheres rurais na construção de estratégias locais de adaptação ambiental e segurança alimentar. Em diferentes contextos analisados nesta revisão, agricultoras aparecem como protagonistas na conservação da biodiversidade, no manejo agroecológico e na manutenção de sistemas produtivos resilientes às variabilidades climáticas.

O conhecimento ecológico local ocupa posição estratégica nesse processo. Marques *et al.* (2022), ao investigarem agricultores da Caatinga submetidos a perturbações ambientais crônicas, identificaram que os saberes tradicionais constituem mecanismos fundamentais para a conservação dos recursos naturais e adaptação às transformações ecológicas. Os autores destacam que práticas de manejo construídas historicamente pelas comunidades rurais mantêm elevada capacidade adaptativa mesmo diante de pressões ambientais crescentes.

A centralidade feminina na adaptação climática também foi observada em experiências agroflorestais africanas. Damariis (2020) verificou que o empoderamento das mulheres influencia diretamente a adoção de tecnologias agroflorestais em regiões semiáridas do Quênia. O estudo demonstra que agricultoras com maior participação decisória apresentam maior engajamento em práticas sustentáveis de enfrentamento das mudanças climáticas.

Resultados semelhantes foram identificados por Kiumbuku, Mary e Jane (2020) ao analisarem capacidades adaptativas de pequenos agricultores em áreas semiáridas quenianas. A pesquisa revelou que desigualdades de gênero interferem diretamente na capacidade de resposta climática das famílias rurais, sobretudo em função do acesso desigual à terra, ao crédito, à informação técnica e aos recursos produtivos.

Em contextos de savana semiárida no Zimbábue, Manyakaidze, Musavengane e Maponga (2025) demonstraram que agroecossistemas manejados pelas comunidades rurais contribuem significativamente para a resiliência climática e para a sustentabilidade produtiva local. Os autores identificaram que práticas comunitárias de manejo hídrico e conservação ambiental fortalecem estratégias adaptativas de longo prazo, especialmente em regiões sujeitas à instabilidade climática recorrente.

A relação entre gênero e agricultura climaticamente inteligente também foi abordada por Awoke *et al.* (2025), em estudo realizado na Tanzânia semiárida. Os autores argumentam que barreiras estruturais de gênero limitam o acesso feminino a tecnologias agrícolas, assistência técnica e financiamento produtivo. Ainda assim, a pesquisa demonstra que mulheres agricultoras desempenham funções centrais na adoção de práticas adaptativas sustentáveis. Em uma das conclusões do estudo, afirma-se que “gender dynamics significantly shape climate-smart agriculture adoption pathways” (Awoke *et al.*, 2025, p. 9).

As evidências analisadas revelam que soberania alimentar, agroecologia e resiliência climática não podem ser compreendidas separadamente das relações de gênero. Nos territórios semiáridos, mulheres rurais não apenas participam da produção agrícola, mas organizam sistemas locais de cuidado ambiental, conservação da biodiversidade e circulação de conhecimentos ecológicos. Tal constatação questiona modelos tradicionais de desenvolvimento agrícola centrados exclusivamente na produtividade econômica e reforça a necessidade de reconhecer as agricultoras como agentes estratégicas da sustentabilidade territorial no

Semiárido.

5 INTERSECCIONALIDADE, CLIMA E TRANSFORMAÇÕES DAS RELAÇÕES DE GÊNERO

5.1 MULHERES RURAIS ENTRE CLIMA, POBREZA E DESIGUALDADE

As mudanças climáticas vêm intensificando desigualdades historicamente consolidadas nos territórios semiáridos, especialmente entre populações rurais dependentes da agricultura familiar e da disponibilidade hídrica local. Contudo, os impactos ambientais não se distribuem de maneira homogênea entre os sujeitos sociais. Em contextos marcados por concentração fundiária, precariedade infraestrutural e divisão sexual do trabalho, mulheres rurais tendem a experimentar vulnerabilidades ampliadas, sobretudo em razão do acesso desigual aos recursos produtivos, às tecnologias agrícolas e aos espaços institucionais de decisão (Chakraborty; Elwell; Beal, 2023; Awoke *et al.*, 2025).

Devemos pensar a vulnerabilidade climática feminina no Semiárido não como resultado exclusivamente das condições ambientais adversas, mas da articulação entre patriarcado agrário, pobreza estrutural e marginalização territorial. Esse cenário evidencia que os eventos climáticos extremos operam como mecanismos de aprofundamento de desigualdades previamente existentes. Chakraborty, Elwell e Beal (2023) argumentam que políticas de agricultura climaticamente inteligente frequentemente negligenciam as assimetrias de gênero presentes nas estruturas agrárias, reproduzindo padrões institucionais excludentes mesmo quando orientadas ao discurso da sustentabilidade.

As pesquisas realizadas em drylands africanos reforçam essa interpretação. Awoke *et al.* (2025), ao analisarem a adoção de práticas climaticamente inteligentes na Tanzânia semiárida, identificaram que mulheres agricultoras possuem acesso significativamente inferior à assistência técnica, crédito rural e ativos produtivos. Os autores afirmam que “women farmers had less access to extension services and productive assets” (Awoke *et al.*, 2025, p. 8), demonstrando que desigualdades de gênero limitam diretamente as capacidades adaptativas das comunidades rurais.

Em muitos territórios semiáridos, as mulheres permanecem responsáveis pela gestão cotidiana da água, da alimentação e da reprodução doméstica, acumulando jornadas produtivas invisibilizadas pelas políticas agrícolas tradicionais. Isso significa que grande parte da adaptação climática ocorre por meio de práticas femininas não reconhecidas institucionalmente, incluindo conservação de sementes crioulas, diversificação alimentar, manejo agroecológico e estratégias comunitárias de segurança hídrica (Kiumbuku; Mary; Jane, 2020; Damariis, 2020).

A relação entre empoderamento feminino e adaptação socioambiental também aparece em experiências asiáticas recentes. Pratiwi *et al.* (2025) observaram que mulheres agricultoras inseridas em processos educativos participativos apresentaram maior autonomia produtiva e maior capacidade de reorganização econômica frente às instabilidades climáticas. Os autores identificaram que iniciativas de formação territorializada produziram efeitos positivos sobre segurança alimentar, gestão agrícola e participação comunitária.

Essas evidências sugerem que os impactos das mudanças climáticas não podem ser interpretados apenas como fenômenos ecológicos. No Semiárido, clima, gênero e território constituem dimensões profundamente interdependentes. As mulheres rurais aparecem simultaneamente como grupo vulnerabilizado pelas desigualdades estruturais e como agentes centrais da resiliência territorial, condição que tensiona modelos tradicionais de desenvolvimento agrícola centrados exclusivamente na produtividade econômica.

5.2 POLÍTICAS PÚBLICAS, EMPODERAMENTO E LIMITES INSTITUCIONAIS

A ampliação das políticas públicas voltadas ao Semiárido brasileiro nas últimas décadas promoveu mudanças relevantes na dinâmica territorial da região, especialmente no acesso à água, à educação e aos programas de fortalecimento da agricultura familiar. Entretanto, os estudos analisados nesta revisão demonstram que a expansão dessas políticas não resultou automaticamente na superação das desigualdades patriarcais presentes no campo semiárido (Mesquita *et al.*, 2020; Soares; Gomes, 2024).

A partir da literatura revisada observamos que políticas de inclusão produtiva frequentemente operam dentro de estruturas institucionais que preservam hierarquias históricas de gênero. Mesmo quando ampliam participação econômica feminina, muitos programas

permanecem incapazes de alterar de maneira substantiva a divisão sexual do trabalho, o acesso desigual à terra e a concentração masculina dos espaços decisórios (Brandão; Santos; Rist, 2020; Valerio; Panzone; Siliprandi, 2024).

Brandão, Santos e Rist (2020) identificaram que programas direcionados à agricultura familiar contribuíram para ampliar capacidades organizativas e produtivas das mulheres rurais no Semiárido brasileiro. Contudo, os autores observam que a permanência de estruturas patriarcais limita os efeitos emancipatórios das políticas públicas. Em uma das conclusões do estudo, afirmam que “public policies alone cannot overcome deeply rooted gender inequalities” (Brandão; Santos; Rist, 2020, p. 10).

Resultados semelhantes aparecem na análise do Programa Fomento realizada por Mesquita *et al.* (2020). Embora a política tenha fortalecido estratégias produtivas adaptadas às condições climáticas semiáridas, os autores verificaram que seus impactos sobre redistribuição de poder intrafamiliar permaneceram restritos. Tal constatação evidencia que políticas agrícolas podem ampliar resiliência econômica sem necessariamente promover transformação das relações sociais que organizam o território.

O debate sobre democratização territorial da educação também revela ambiguidades importantes. Soares e Gomes (2024) demonstram que a interiorização do ensino técnico e superior no Semiárido ampliou acesso à formação educacional em regiões historicamente marginalizadas. Ainda assim, persistem barreiras estruturais relacionadas à renda, à mobilidade territorial e às desigualdades de gênero que limitam o alcance transformador dessas políticas.

As pesquisas mais recentes sobre empoderamento feminino no Semiárido apontam que inclusão produtiva e participação econômica não devem ser confundidas automaticamente com emancipação socioterritorial. Valerio, Panzone e Siliprandi (2024) verificaram que mulheres agricultoras do Nordeste brasileiro ampliaram inserção produtiva e participação organizativa, sobretudo em experiências agroecológicas e cooperativas. Entretanto, as autoras destacam que persistem obstáculos associados à sobrecarga doméstica, ao acesso desigual aos recursos produtivos e à permanência de normas patriarcais nas comunidades rurais. Segundo o estudo, “women continue to face structural constraints despite increased participation in agricultural activities” (Valerio; Panzone; Siliprandi, 2024, p. 238).

As evidências reunidas nesta revisão indicam que o Estado ocupa posição contraditória

nos processos de transformação territorial do Semiárido. Embora políticas públicas possam ampliar capacidades locais e fortalecer a agricultura familiar, sua efetividade emancipatória depende da capacidade de enfrentar estruturas históricas de desigualdade relacionadas à terra, à água, ao trabalho e à produção do conhecimento.

5.3 A EMERGÊNCIA DE EPISTEMOLOGIAS FEMININAS DA CONVIVÊNCIA COM O SEMIÁRIDO

Os estudos analisados nesta revisão evidenciam o surgimento de epistemologias femininas profundamente vinculadas à convivência com o Semiárido, à agroecologia e à produção territorializada da vida. Essas epistemologias desafiam racionalidades desenvolvimentistas tradicionais ao deslocarem o Semiárido da condição de espaço carente para território produtor de conhecimento ecológico, práticas sustentáveis e experiências coletivas de resistência (Zaremba *et al.*, 2021; Marques *et al.*, 2022).

No interior dessas dinâmicas, mulheres agricultoras assumem papel central na conservação ambiental, na circulação intergeracional de saberes e na manutenção de sistemas produtivos resilientes às condições climáticas semiáridas. Marques *et al.* (2022) demonstraram que conhecimentos ecológicos locais construídos pelas populações rurais da Caatinga possuem elevada capacidade adaptativa frente às perturbações ambientais crônicas. Nesse processo, práticas femininas relacionadas à conservação de sementes, manejo alimentar e diversificação produtiva aparecem como elementos estratégicos da sustentabilidade territorial.

A agroecologia feminista amplia essa interpretação ao questionar não apenas modelos agrícolas convencionais, mas também estruturas patriarcais que historicamente separaram produção, cuidado e reprodução da vida. Zaremba *et al.* (2021) afirmam que a agroecologia feminista reconhece mulheres rurais como sujeitos políticos e epistemológicos centrais na reorganização dos territórios agrícolas. Conforme destacam as autoras, “feminist agroecology recognizes women as political subjects and knowledge holders” (Zaremba *et al.*, 2021, p. 5).

As experiências comunitárias desenvolvidas em regiões semiáridas mexicanas reforçam essa compreensão. Villavicencio-Valdez *et al.* (2023) identificaram que práticas agroecológicas territorializadas contribuíram simultaneamente para fortalecimento da agrobiodiversidade,

segurança alimentar e resiliência biocultural. Os autores demonstram que sistemas agroecológicos comunitários operam não apenas como alternativas produtivas, mas como formas de reorganização socioterritorial baseadas na cooperação e na valorização dos conhecimentos locais.

Também devemos considerar a circulação horizontal de saberes como outro elemento recorrente nas experiências analisadas. Chanyau e Rosenberg (2023) observaram que mulheres agricultoras inseridas em movimentos agroecológicos desenvolveram formas coletivas de aprendizagem capazes de fortalecer autonomia produtiva, participação política e enfrentamento das desigualdades de gênero. As autoras destacam que “women farmers were not passive recipients of knowledge but active producers of agroecological learning” (Chanyau; Rosenberg, 2023, p. 131).

A emergência dessas epistemologias femininas produz deslocamentos importantes no debate sobre desenvolvimento rural no Semiárido. Em vez de compreender a Caatinga exclusivamente a partir da escassez hídrica e da limitação produtiva, os estudos analisados apontam para a existência de racionalidades territoriais fundamentadas na convivência ecológica, na reciprocidade comunitária e na sustentabilidade da vida. Nesse contexto, mulheres rurais deixam de ocupar posição periférica e passam a ser reconhecidas como protagonistas da resiliência socioterritorial semiárida.

6 PROPOSIÇÃO DO MODELO CONCEITUAL INÉDITO

6.1 EDUCAÇÃO TERRITORIALIZADA E RUPTURA DO PATRIARCADO ESTRUTURAL

A síntese integrativa dos estudos analisados permitiu identificar um padrão epistemológico recorrente: experiências educativas territorializadas possuem elevado potencial de transformação das relações de gênero quando articuladas à agroecologia, à gestão comunitária dos recursos naturais e à valorização dos saberes locais (Brandão; Santos; Rist, 2020; Chanyau; Rosenberg, 2023; Zaremba *et al.*, 2021).

O modelo conceitual proposto neste artigo parte da compreensão de que patriarcado

agrário, vulnerabilidade climática e desigualdade territorial constituem estruturas historicamente interdependentes no Semiárido brasileiro. Isso significa que a marginalização feminina não pode ser interpretada apenas como consequência cultural isolada, mas como dimensão constitutiva da própria organização produtiva, fundiária e política do território semiárido (Oliveira; Castro, 2021; Rabelo *et al.*, 2023; Raj *et al.*, 2025).

A literatura revisada demonstra que processos educativos não-formais apresentam capacidade significativa de tensionar essas estruturas ao promover circulação horizontal de conhecimentos, fortalecimento da organização coletiva e ampliação da participação feminina nos espaços comunitários de decisão (Galudra *et al.*, 2024; Villavicencio-Valdez *et al.*, 2023). Em numerosos casos analisados, experiências agroecológicas femininas passaram a operar simultaneamente como práticas produtivas, mecanismos pedagógicos e formas de resistência política territorial.

Esse deslocamento possui implicações epistemológicas relevantes. A educação territorializada identificada nos estudos analisados não se restringe à transmissão técnica de conteúdos agrícolas. Trata-se de um processo ampliado de produção social do conhecimento, no qual experiências femininas de convivência com o Semiárido adquirem legitimidade política e ecológica (Marques *et al.*, 2022; Pereira, 2021). Nesse sentido, a aprendizagem comunitária transforma-se em mecanismo de reorganização territorial e de questionamento das racionalidades desenvolvimentistas tradicionais.

Os achados da revisão também evidenciam que autonomia feminina depende da articulação simultânea entre acesso à educação, fortalecimento produtivo, participação política e democratização do controle sobre recursos ambientais estratégicos, especialmente terra e água (Reis; Leitão; Galvínio, 2022; Rodrigues *et al.*, 2022; Kiumbuku; Mary; Jane, 2020). Em contextos onde políticas públicas permanecem dissociadas dessas dimensões estruturais, os efeitos emancipatórios tendem a ser limitados, mesmo quando há ampliação de renda ou inclusão produtiva (Mesquita *et al.*, 2020; Valerio; Panzone; Siliprandi, 2024).

Dessa maneira, o framework analítico desenvolvido nesta pesquisa propõe compreender a emancipação feminina não apenas como inserção econômica das mulheres rurais, mas como transformação progressiva das relações de poder que organizam o território semiárido. O modelo desloca o foco analítico da produtividade agrícola isolada para a construção de

autonomia socioterritorial sustentada em educação contextualizada, agroecologia feminista, organização comunitária e justiça ecológica (Awoke *et al.*, 2025; Damariis, 2020; Manyakaidze; Musavengane; Maponga, 2025).

6.2 O CICLO DA AUTONOMIA SOCIOTERRITORIAL FEMININA

Com base na integração crítica dos estudos revisados, propõe-se um ciclo analítico composto por seis dimensões interdependentes que estruturam os processos de emancipação feminina nos territórios semiáridos.

A primeira dimensão refere-se à educação contextualizada. Os estudos demonstram que processos formativos conectados às experiências territoriais das comunidades rurais favorecem fortalecimento identitário, permanência no campo e ampliação das capacidades organizativas femininas (Soares; Gomes, 2024; Brandão; Santos; Rist, 2020). Diferentemente de modelos educacionais urbanos e descontextualizados, a educação territorializada articula conhecimento técnico, experiência comunitária e convivência ecológica com a Caatinga.

A segunda dimensão corresponde ao fortalecimento do conhecimento agroecológico. Experiências analisadas em contextos latino-americanos, africanos e brasileiros indicam que práticas agroecológicas femininas ampliam conservação da biodiversidade, diversificação alimentar e resiliência climática (Zaremba *et al.*, 2021; Villavicencio-Valdez *et al.*, 2023; Marques *et al.*, 2022). A circulação horizontal de saberes transforma agricultoras em agentes produtoras de conhecimento ecológico territorializado.

A terceira dimensão envolve ampliação da autonomia produtiva feminina. O acesso ao conhecimento, às redes cooperativas e às tecnologias adaptativas fortalece capacidades econômicas e organizativas das mulheres rurais (Pratiwi *et al.*, 2025; Damariis, 2020; Awoke *et al.*, 2025). Contudo, a revisão demonstra que autonomia econômica isolada não elimina automaticamente desigualdades patriarcais historicamente sedimentadas.

A quarta dimensão refere-se à expansão da participação territorial e política. Mulheres agricultoras passam a ocupar espaços decisórios relacionados à gestão hídrica, às associações comunitárias, às cooperativas e às políticas públicas locais (Pereira, 2021; Brandão; Santos; Rist, 2020). Esse movimento altera parcialmente estruturas tradicionais de poder no Semiárido.

Já a quinta dimensão corresponde à redução progressiva das assimetrias patriarcais. Ainda que os estudos revisados não indiquem superação completa das desigualdades de gênero, observam-se processos graduais de redistribuição do reconhecimento produtivo, ampliação da autonomia decisória e valorização social do trabalho feminino rural (Valerio; Panzone; Siliprandi, 2024; Oliveira; Castro, 2021).

Por fim, a sexta dimensão relaciona-se à consolidação da resiliência climática e da soberania alimentar territorial. Sistemas agroecológicos manejados por mulheres rurais demonstraram elevada capacidade adaptativa frente às instabilidades ambientais, fortalecendo simultaneamente segurança alimentar, conservação ecológica e sustentabilidade comunitária (Manyakaidze; Musavengane; Maponga, 2025; Alencar *et al.*, 2023).

O modelo conceitual proposto não deve ser interpretado como trajetória linear ou universal. As experiências analisadas revelam tensões permanentes entre políticas públicas, estruturas patriarcais, desigualdades territoriais e processos comunitários de resistência. Ainda assim, os achados desta revisão indicam que educação territorializada, agroecologia feminista e circulação horizontal de saberes constituem elementos estratégicos para compreender as transformações contemporâneas das relações de gênero no Semiárido brasileiro e em outros drylands globais.

A proposição do modelo conceitual apresentado nesta pesquisa resulta da integração crítica dos achados identificados ao longo da revisão integrativa. O framework busca sistematizar, em perspectiva relacional e dinâmica, os principais mecanismos pelos quais educação territorializada, agroecologia feminista, circulação de saberes e participação comunitária contribuem para a construção da autonomia socioterritorial feminina no Semiárido. A Tabela 3 sintetiza as dimensões estruturantes desse modelo analítico, articulando processos educativos, mecanismos de transformação social e impactos territoriais observados nos estudos revisados.

Tabela 3 Modelo conceitual das trajetórias de emancipação feminina no Semiárido

Dimensão estruturante	Tipo de educação/processo formativo	Mecanismos de transformação	Impactos territoriais e sociopolíticos	Referências centrais
Educação contextualizada	Educação do campo; formação	Valorização dos saberes locais;	Ampliação da participação	Soares; Gomes (2024); Brandão;

	técnica territorializada; aprendizagem comunitária	fortalecimento identitário; permanência no campo	social e fortalecimento da autonomia territorial	Santos; Rist (2020)
Circulação do conhecimento agroecológico	Intercâmbio de agricultoras; movimentos agroecológicos; coaprendizagem	Horizontalização do conhecimento; fortalecimento coletivo; práticas sustentáveis	Conservação ambiental; fortalecimento comunitário; resistência socioterritorial	Chanyau; Rosenberg (2023); Zaremba <i>et al.</i> (2021); Galudra <i>et al.</i> (2024)
Autonomia produtiva feminina	Capacitação agroecológica; assistência técnica; organização cooperativa	Ampliação das capacidades produtivas e econômicas femininas	Maior participação econômica e fortalecimento da agricultura familiar	Pratiwi <i>et al.</i> (2025); Awoke <i>et al.</i> (2025); Damariis (2020)
Participação territorial e política	Formação comunitária; gestão hídrica participativa; redes organizativas	Inclusão em espaços decisórios; fortalecimento político feminino	Democratização territorial e ampliação da governança local	Pereira (2021); Brandão; Santos; Rist (2020); Valerio; Panzone; Siliprandi (2024)
Redução das assimetrias patriarcais	Educação emancipatória e organização coletiva	Reconhecimento do trabalho feminino; redistribuição simbólica do poder	Enfraquecimento parcial das hierarquias patriarcais rurais	Oliveira; Castro (2021); Rabelo <i>et al.</i> (2023); Raj <i>et al.</i> (2025)
Resiliência climática e soberania alimentar	Agroecologia feminista; manejo ecológico comunitário	Conservação da biodiversidade; adaptação climática; diversificação produtiva	Sustentabilidade territorial e fortalecimento da segurança alimentar	Marques <i>et al.</i> (2022); Manyakaidze; Musavengane; Maponga (2025); Alencar <i>et al.</i> (2023)

Fonte: Elaborado pelos autores (2026).

A sistematização apresentada na Tabela 3 evidencia que a autonomia feminina nos territórios semiáridos não decorre de um único fator isolado, mas da articulação entre educação territorializada, fortalecimento agroecológico, participação comunitária e democratização do acesso aos recursos produtivos. Os estudos revisados convergem ao demonstrar que processos educativos contextualizados produzem impactos mais amplos quando vinculados às experiências concretas das agricultoras e às dinâmicas ecológicas da Caatinga e dos demais drylands analisados (Soares; Gomes, 2024; Chanyau; Rosenberg, 2023; Zaremba *et al.*, 2021).

Outro aspecto relevante refere-se ao caráter não linear do modelo proposto. As pesquisas indicam que avanços relacionados à autonomia produtiva feminina coexistem com

permanências estruturais associadas à divisão sexual do trabalho, à concentração fundiária e às desigualdades institucionais de gênero (Oliveira; Castro, 2021; Valerio; Panzone; Siliprandi, 2024). Ainda assim, experiências de agroecologia feminista, aprendizagem horizontal e gestão comunitária demonstram potencial significativo na reorganização das relações de poder no Semiárido, especialmente ao reconhecer mulheres rurais como produtoras de conhecimento ecológico, agentes de resiliência climática e protagonistas da sustentabilidade territorial (Marques *et al.*, 2022; Awoke *et al.*, 2025; Villavicencio-Valdez *et al.*, 2023).

7 DISCUSSÕES

7.1 A CENTRALIDADE DA EDUCAÇÃO NÃO-FORMAL NA TRANSFORMAÇÃO TERRITORIAL

Os achados desta revisão integrativa indicam que a principal inflexão observada nas experiências analisadas não reside simplesmente na ampliação do acesso feminino à educação formal, mas na emergência de processos educativos territorializados construídos no interior das práticas agroecológicas, das redes comunitárias e dos movimentos sociais rurais. Em diferentes contextos semiáridos, a educação não-formal revelou maior capacidade de reorganizar relações de poder local, fortalecer autonomia coletiva e produzir transformação territorial efetiva do que modelos educacionais tradicionais marcados por racionalidades urbanocêntricas e tecnocráticas (Chanyau; Rosenberg, 2023; Zaremba *et al.*, 2021; Galudra *et al.*, 2024).

A educação formal convencional historicamente operou no Semiárido sob uma lógica de integração subordinada ao modelo desenvolvimentista dominante. Em numerosos casos, a escolarização rural foi estruturada a partir de currículos desconectados das experiências produtivas, ecológicas e culturais das populações camponesas, reforçando a percepção da Caatinga como espaço atrasado e deficitário. Tal dinâmica contribuiu para a desvalorização dos conhecimentos territoriais femininos e para a reprodução simbólica das hierarquias entre saber científico institucionalizado e saber comunitário local (Soares; Gomes, 2024).

Em contrapartida, os estudos analisados demonstram que práticas educativas agroecológicas construídas horizontalmente apresentam elevada capacidade de fortalecimento

sociopolítico das mulheres rurais. Chanyau e Rosenberg (2023), ao investigarem movimentos agroecológicos liderados por agricultoras, identificaram que os processos de coaprendizagem permitiram construir autonomia coletiva e fortalecimento identitário feminino. As autoras destacam que “women farmers were not passive recipients of knowledge but active producers of agroecological learning” (Chanyau; Rosenberg, 2023, p. 131). Essa formulação possui relevância epistemológica profunda, pois desloca as mulheres da posição de beneficiárias passivas das políticas de desenvolvimento para sujeitos centrais da produção territorial de conhecimento.

Os dados revisados também sugerem que a circulação horizontal de saberes produz impactos que ultrapassam a dimensão produtiva. Experiências agroecológicas feministas vêm reorganizando formas de participação política, gestão comunitária e conservação ambiental em diferentes territórios semiáridos (Villavicencio-Valdez *et al.*, 2023; Marques *et al.*, 2022). Nesses contextos, a aprendizagem coletiva torna-se simultaneamente processo pedagógico, prática produtiva e mecanismo de resistência socioterritorial.

Nossa análise da literatura evidenciou ainda que a educação não-formal tende a produzir maior aderência às necessidades concretas das mulheres rurais porque emerge das próprias experiências territoriais das comunidades. Ao contrário de modelos verticais de assistência técnica, iniciativas baseadas em intercâmbio entre agricultoras e aprendizagem comunitária reconhecem o conhecimento local como componente legítimo da sustentabilidade produtiva e da adaptação climática (Damariis, 2020; Manyakaidze; Musavengane; Maponga, 2025).

Essa constatação permite problematizar criticamente políticas educacionais centradas exclusivamente na expansão quantitativa da escolarização rural. Embora a interiorização do ensino técnico e superior represente avanço importante no Semiárido brasileiro, os estudos demonstram que emancipação territorial depende da articulação entre educação, participação comunitária, agroecologia e democratização do acesso aos recursos produtivos (Brandão; Santos; Rist, 2020; Soares; Gomes, 2024). Sem essa integração, a educação corre o risco de reproduzir modelos de desenvolvimento desvinculados das realidades ecológicas e socioculturais da Caatinga.

Outro elemento significativo refere-se ao caráter coletivo da transformação territorial observada nas experiências analisadas. Diferentemente das abordagens individualizantes

frequentemente presentes nas políticas de empreendedorismo rural, os estudos revisados mostram que os avanços mais consistentes na autonomia feminina ocorreram em contextos de organização comunitária, redes cooperativas e fortalecimento das práticas agroecológicas compartilhadas (Valerio; Panzone; Siliprandi, 2024; Pratiwi *et al.*, 2025).

A principal descoberta desta revisão, portanto, reside na identificação da educação não-formal territorializada como mecanismo estratégico de ruptura parcial das estruturas patriarcais no Semiárido. Essa transformação não decorre apenas da transmissão de conteúdos técnicos, mas da construção coletiva de novas formas de pertencimento territorial, reconhecimento sociopolítico e reorganização ecológica da produção rural.

7.2 PARA ALÉM DA INCLUSÃO: MULHERES COMO AGENTES DE REORGANIZAÇÃO ECOLÓGICA DO SEMIÁRIDO

Grande parte das políticas públicas voltadas às mulheres rurais no Semiárido foi historicamente estruturada sob perspectivas assistencialistas que associavam o feminino à vulnerabilidade social e à dependência econômica. Os resultados desta revisão indicam, contudo, que essa interpretação se mostra insuficiente para compreender o papel efetivamente desempenhado pelas agricultoras na organização ecológica e produtiva dos territórios semiáridos.

Os estudos analisados demonstram que mulheres rurais atuam como agentes centrais da conservação ambiental, da segurança alimentar e da adaptação climática, sobretudo por meio da gestão cotidiana dos recursos naturais e da circulação intergeracional de conhecimentos ecológicos locais (Marques *et al.*, 2022; Awoke *et al.*, 2025). Em vez de ocuparem posição periférica nos sistemas produtivos, as agricultoras aparecem como protagonistas da sustentabilidade territorial da Caatinga.

A relevância feminina torna-se particularmente evidente em experiências agroecológicas e agroflorestais. Damariis (2020) verificou que o empoderamento das mulheres influencia diretamente a adoção de tecnologias agroflorestais em regiões semiáridas africanas. Resultados semelhantes foram identificados por Galudra *et al.* (2024), que associam participação feminina à ampliação da diversidade ecológica e da sustentabilidade produtiva dos

sistemas agroflorestais.

Além da dimensão ambiental, as mulheres rurais exercem papel decisivo na estabilidade alimentar das comunidades. A revisão demonstra que práticas relacionadas ao manejo de sementes crioulas, diversificação produtiva, conservação alimentar e gestão hídrica comunitária permanecem amplamente sustentadas pelo trabalho feminino invisibilizado (Kiumbuku; Mary; Jane, 2020; Pereira, 2021). Ainda assim, essas funções continuam frequentemente marginalizadas pelas políticas agrícolas convencionais.

As evidências levantadas também desafiam interpretações reducionistas que associam desenvolvimento rural exclusivamente à modernização tecnológica e ao agronegócio irrigado. Brandão e Rist (2020) demonstraram que os espaços agrários do Semiárido permanecem atravessados por fortes dicotomias entre agricultura empresarial intensiva e agricultura tradicional territorializada. Nesse cenário, as mulheres vinculadas à agricultura familiar assumem funções estratégicas na manutenção de sistemas produtivos mais diversificados e ecologicamente resilientes.

Alencar *et al.* (2023) reforçam essa discussão ao identificarem trade-offs importantes entre segurança alimentar e conservação florestal nos drylands brasileiros. Os autores demonstram que determinados modelos agrícolas intensivos podem ampliar degradação ambiental e vulnerabilidade ecológica. Em contraposição, experiências agroecológicas comunitárias conduzidas por mulheres tendem a fortalecer simultaneamente biodiversidade, estabilidade produtiva e segurança alimentar.

As pesquisas revisadas sugerem, portanto, que as agricultoras não devem ser compreendidas apenas como beneficiárias de políticas públicas, mas como produtoras ativas de sustentabilidade territorial. Essa mudança interpretativa possui implicações políticas significativas, pois desloca o foco das políticas de compensação social para o reconhecimento das mulheres como agentes centrais da reorganização ecológica do Semiárido.

A própria noção de convivência com o Semiárido adquire novos sentidos quando observada a partir das experiências femininas. Em vez de mera adaptação passiva às limitações ambientais, a convivência emerge como prática territorial de construção coletiva da vida, fundamentada em reciprocidade comunitária, gestão ecológica e produção compartilhada de conhecimento (Zaremba *et al.*, 2021; Villavicencio-Valdez *et al.*, 2023).

7.3 IMPLICAÇÕES EPISTEMOLÓGICAS, SOCIAIS E POLÍTICAS

Os resultados desta revisão integrativa permitem questionar criticamente o paradigma desenvolvimentista que historicamente orientou as políticas voltadas ao Semiárido brasileiro. Durante décadas, predominou uma racionalidade centrada na ideia de combate à seca, associando a Caatinga à improdutividade, ao atraso econômico e à dependência estrutural. Essa interpretação legitimou políticas verticalizadas, tecnocráticas e frequentemente dissociadas das práticas territoriais construídas pelas populações rurais (Brandão; Rist, 2020; Rodrigues *et al.*, 2022).

A literatura revisada revela, entretanto, que a sustentabilidade territorial no Semiárido depende menos da imposição de modelos externos de modernização e mais da valorização dos conhecimentos ecológicos produzidos localmente. Nesse processo, mulheres agricultoras assumem posição estratégica como produtoras de saberes relacionados à gestão hídrica, conservação ambiental, segurança alimentar e adaptação climática (Marques *et al.*, 2022; Pereira, 2021).

Essa inflexão possui forte densidade epistemológica porque rompe com a hierarquia tradicional entre conhecimento científico institucionalizado e conhecimento comunitário. As experiências analisadas demonstram que práticas femininas de convivência com o Semiárido constituem formas legítimas de produção de conhecimento territorial. Zaremba *et al.* (2021) afirmam que “feminist agroecology recognizes women as political subjects and knowledge holders” (p. 5), formulação que sintetiza uma das principais contribuições analíticas desta revisão.

A emergência dessas epistemologias territoriais femininas também tensiona os limites das políticas públicas convencionais. Embora programas de inclusão produtiva e expansão educacional tenham produzido avanços importantes, os estudos revisados demonstram que desigualdades relacionadas à terra, à água e ao reconhecimento do trabalho feminino permanecem estruturalmente presentes (Mesquita *et al.*, 2020; Valerio; Panzone; Siliprandi, 2024). Isso indica que transformação territorial exige mais do que ampliação quantitativa de políticas sociais. Requer reconfiguração das relações de poder que organizam o espaço rural semiárido.

Outro aspecto relevante refere-se à crítica implícita ao produtivismo agrícola dominante. Os estudos analisados sugerem que modelos intensivos baseados em monoculturas irrigadas frequentemente aprofundam vulnerabilidades ecológicas e desigualdades territoriais, mesmo quando associados ao discurso da modernização econômica (Brandão; Rist, 2020; Alencar *et al.*, 2023). Em contraposição, experiências agroecológicas femininas demonstram elevada capacidade de integrar conservação ambiental, produção alimentar e fortalecimento comunitário.

As implicações sociais dessa discussão são igualmente profundas. A revisão evidencia que autonomia feminina no Semiárido não pode ser reduzida à inserção econômica das mulheres no mercado agrícola. Trata-se de processo multidimensional que envolve reconhecimento político, redistribuição simbólica do poder, valorização dos saberes territoriais e democratização do acesso aos recursos produtivos (Oliveira; Castro, 2021; Rabelo *et al.*, 2023; Raj *et al.*, 2025).

Em termos políticos, os achados deste estudo sugerem a necessidade de reposicionar as mulheres rurais no centro das estratégias de desenvolvimento territorial para o Semiárido. Isso implica reconhecer que agroecologia feminista, educação contextualizada e gestão comunitária dos recursos naturais não constituem iniciativas periféricas ou complementares, mas elementos estruturantes de projetos sustentáveis de convivência com a Caatinga (Chanyau; Rosenberg, 2023; Awoke *et al.*, 2025; Manyakaidze; Musavengane; Maponga, 2025).

A principal contribuição epistemológica deste estudo consiste justamente em reinterpretar o Semiárido não como espaço definido pela ausência, mas como território produtor de racionalidades ecológicas próprias, no interior das quais mulheres agricultoras ocupam posição central na reprodução da vida, da biodiversidade e da sustentabilidade socioterritorial.

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente revisão integrativa demonstrou que as trajetórias das mulheres rurais no Semiárido brasileiro são moldadas por relações historicamente desiguais entre gênero, trabalho, território e acesso aos recursos produtivos. Ao mesmo tempo, os estudos analisados evidenciam que essas mulheres não ocupam posição passiva diante das estruturas patriarcais que organizam

o espaço agrário semiárido. Pelo contrário, elas emergem como protagonistas de processos de resistência ecológica, reorganização comunitária e produção territorial da vida.

A pergunta central desta pesquisa permitiu compreender que a educação, especialmente em suas dimensões não-formais e territorializadas, exerce papel decisivo na transformação das relações de poder no Semiárido. Intercâmbios agroecológicos, redes de aprendizagem comunitária, movimentos sociais e práticas coletivas de circulação de saberes demonstraram elevado potencial na ampliação da autonomia socioterritorial feminina, sobretudo por fortalecer participação política, segurança alimentar, gestão ecológica e reconhecimento produtivo das agricultoras.

Os resultados também indicam que a agroecologia feminista ultrapassa a condição de alternativa técnica de produção agrícola. Ela constitui uma racionalidade territorial capaz de articular sustentabilidade ambiental, justiça social e democratização do conhecimento, reposicionando mulheres rurais como agentes centrais da convivência com a Caatinga. Nesse sentido, a principal tese consolidada por este estudo sustenta que a ruptura parcial das estruturas patriarcais no Semiárido depende da integração entre educação contextualizada, organização comunitária, agroecologia e valorização dos saberes locais.

Apesar das contribuições desta revisão, algumas limitações devem ser reconhecidas. O estudo concentrou-se em artigos científicos indexados e revisados por pares, o que pode restringir a incorporação de experiências locais ainda pouco sistematizadas academicamente. Além disso, as diferentes realidades territoriais dos drylands analisados exigem cautela em generalizações comparativas.

Pesquisas futuras poderão aprofundar investigações empíricas sobre juventudes rurais femininas, governança climática comunitária, circulação intergeracional de conhecimentos agroecológicos e impactos das políticas educacionais territorializadas no Semiárido. Também se mostra relevante ampliar análises sobre epistemologias femininas da convivência com a Caatinga, especialmente diante das transformações climáticas e das disputas contemporâneas em torno da terra, da água e da soberania alimentar.

Por tudo isso, podemos concluir que a Caatinga revela-se, nas experiências das mulheres rurais, como um espaço de produção de conhecimento, resistência e reinvenção coletiva da sustentabilidade.

REFERÊNCIAS

ALENCAR, Lucas; BALDAUF, C.; MANHÃES, A.; MELO, F. P. L. Tradeoffs and synergies between food security and forest cover in Brazilian drylands. **Land Degradation & Development**, v. 34, p. 5343-5354, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.1002/ldr.4848>

AWOKE, M. D.; LÖHR, K.; KIMARO, A. *et al.* Exploring gender dynamics in climate-smart agriculture adoption: a study in semi-arid Dodoma, Tanzania. **Frontiers in Sustainable Food Systems**, 2025. Disponível em: <https://doi.org/10.3389/fsufs.2024.1507540>

BRANDÃO, Emily Aparecida Ferreira; RIST, S. The agrarian space of the Brazilian semi-arid region: the dichotomies between the space of irrigated agriculture and the space of traditional agriculture. **Studies in Agricultural Economics**, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.7896/j.2082>

BRANDÃO, Emily Aparecida Ferreira; SANTOS, Thiago Rocha; RIST, S. Connecting public policies for family farmers and women's empowerment: the case of the Brazilian semi-arid. **Sustainability**, v. 12, n. 15, p. 5961, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.3390/su12155961>

BRANDÃO, Emily Aparecida Ferreira; SANTOS, Thiago Rocha; RIST, S. Family farmers' perceptions of the impact of public policies on the food system: findings from Brazil's semi-arid region. **Frontiers in Sustainable Food Systems**, v. 4, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.3389/fsufs.2020.556732>

CHAKRABORTY, Ananya; ELWELL, Natalie; BEAL, Catherine. Uprooting entrenched gender biases in climate-smart agriculture. **World Resources Institute**, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.46830/wriwp.21.00163>

CHANYAU, L.; ROSENBERG, Eureka. Women farmers leading and co-learning in an agroecology movement at the intersections of gender and climate. **Agenda**, v. 37, p. 124-140, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/10130950.2023.2239313>

CHEGE, J. N. Role and challenges of women in biofortified dry land arrowroots farming in Muranga County. **Strategic Journal of Business & Change Management**, v. 7, n. 4, p. 783-791, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.61426/sjbcm.v7i4.1822>

COUTO, P.; PORCINO, Carle; PEREIRA, Samantha *et al.* Perceptions of quality of life by female sex workers from the rural area of the Sertão Produtivo Baiano, Brazil: a phenomenological study. **Rural and Remote Health**, v. 23, n. 3, p. 6808, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.22605/rrh6808>

DAMARIIS, Kalovoto M. Influence of women empowerment on adoption of agroforestry technologies to counter climate change and variability in semi-arid Makueni County, Kenya.

International Journal of Environmental Sciences & Natural Resources, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.19080/ijesnr.2020.24.556133>

GALUDRA, Gamma; ECHAZARRA, Nerea Rubio; JUITA, Reny; SILORI, C. Transforming agroforestry through gender practice: challenges and opportunities. **Tropical Forest Issues**, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.55515/rmrr6784>

KIUMBUKU, Samuel Kimani; MARY, B.; JANE, M. Gender analysis of smallholder farmers' adaptive capacity to drought in semi-arid Kenya. **Gender and Women's Studies**, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.31532/gendwomenstud.3.1.005>

MARQUES, Kamila; RAMOS, Maiara Bezerra; CUNHA, Sonaly Silva da *et al.* Local ecological knowledge dynamics of farmers in areas which have been chronically disturbed by human actions in the Brazilian Caatinga. **Ethnobotany Research and Applications**, v. 24, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.32859/era.24.23.1-21>

MESQUITA, P.; FOLHES, Ricardo; CAVALCANTE, L. *et al.* Impacts of the Fomento Program on family farmers in the Brazilian semi-arid and its relevance to climate change: a case study in the region of Submédio São Francisco. **Sustentabilidade em Debate**, v. 11, n. 1, p. 211-225, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.18472/sustdeb.v11n1.2020.30505>

MANYAKAIDZE, Pascal; MUSAVENGANE, Regis; MAPONGA, R. Rural farmer-managed wetland agroecosystems promote climate resilience in semi-arid savannah: case of Nyororo Wetland, Mberengwa District, Zimbabwe. **Climate Resilience and Sustainability**, 2025. Disponível em: <https://doi.org/10.1002/cli2.70011>

MENDES, Karina Dal Sasso; SILVEIRA, Renata Cristina de Campos Pereira; GALVÃO, Cristina Maria. Revisão integrativa: método de pesquisa para a incorporação de evidências na saúde e na enfermagem. **Texto & Contexto Enfermagem**, Florianópolis, v. 17, n. 4, p. 758-764, 2008. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-07072008000400018>

OLIVEIRA, Ana Paula Rodrigues de; CASTRO, Gina Gouveira Pires de. The precariousness of women's work in the Petrolina/Juazeiro Pole, located in the northeastern semiarid and the need for public policies as a way to mitigate inequalities. **International Journal of Advanced Engineering Research and Science**, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.22161/ijaers.83.9>

PEREIRA, Sidclay Cordeiro. The organized civil society, the local knowledge, and the water governance in the Brazilian semi-arid of the 21st century. **International Journal Semiarid**, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.56346/ijsa.v4i4.102>

PRATIWI, C. P.; SAVILLE, R.; HATANAKA, Katsumori; SHIMOGUCHI, N. Gender-responsive strategies in highland farming: evaluating women empowerment in Indonesia. **Jurnal Manajemen dan Agribisnis**, 2025. Disponível em: <https://doi.org/10.17358/jma.22.2.225>

RABELO, Laudemira Silva *et al.* The invisibility of young people in family farming: a gender perspective in the semi-arid region of Ceará, Brazil. **Cahiers Agricultures**, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.1051/cagri/2022035>

RAJ, Rengalakshmi; RAVULA, P.; M., Pratheepa C.; BHANJDEO, Arundhita *et al.* Male migration and the transformation of gendered agriculture work: a comparative exploration of heterogeneity across selected Indian states. **Gender, Place & Culture**, v. 32, p. 1757-1785, 2025. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/0966369X.2025.2468178>

REIS, Josimar Vieira dos; LEITÃO, Mário de Miranda Vilas Boas Ramos; GALVÍNCIO, J. Willingness to pay for water ecosystem services in a river basin of the largest semi-arid region in South America. **Nova Economia**, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0103-6351/6797>

RODRIGUES, Elyfas Allyjackson Morais *et al.* Rural sanitation: scenarios and public policies for the Brazilian semi-arid region. **Sustainability**, v. 14, n. 12, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.3390/su14127157>

SOARES, Francisco Leandro da Costa; GOMES, Flávia Ingrid Bezerra Paiva. Socio-spatial democratization of public policies in the semi-arid northeast: the case of cisternas and the interiorization of technical/higher education. **International Journal Semiarid**, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.56346/ijsa.v7i7.197>

SOUZA, Marcela Tavares de; SILVA, Michelly Dias da; CARVALHO, Rachel de. Revisão integrativa: o que é e como fazer. **Einstein**, São Paulo, v. 8, n. 1, p. 102-106, 2010. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1679-45082010RW1134>

VALERIO, Erika; PANZONE, Luca; SILIPRANDI, Emma. Women's empowerment in agriculture in the semi-arid: a case study of Northeastern Brazil. **Feminist Economics**, v. 30, p. 220-256, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/13545701.2024.2338142>

VILLAVICENCIO-VALDEZ, Gabriela Valeria *et al.* Urban agroecology enhances agrobiodiversity and resilient, biocultural food systems: the case of the semi-dryland and medium-sized Querétaro City, Mexico. **Frontiers in Sustainable Food Systems**, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.3389/fsufs.2023.1066428>

WHITTEMORE, Robin; KNAFL, Kathleen. The integrative review: updated methodology. **Journal of Advanced Nursing**, Oxford, v. 52, n. 5, p. 546-553, 2005. Disponível em: <https://doi.org/10.1111/j.1365-2648.2005.03621.x>

ZAREMBA, Haley; ELIAS, M.; RIETVELD, A.; BERGAMINI, N. Toward a feminist agroecology. **Sustainability**, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.3390/su132011244>